



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL



TCDF

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo ao qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, ainda, o seu nome em cada página numerada desse caderno de provas. Em seguida, verifique se esse caderno contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais e(ou) aos dados do cargo ao qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

Aplicação: 2014



CADERNO DE
PROVAS OBJETIVAS

Turno: MANHÃ

OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(xX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

 **cespeUnB**
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.

Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CLDF = Câmara Legislativa do Distrito Federal; DF = Distrito Federal, LODF = Lei Orgânica do Distrito Federal; LO/TCDF = Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal; TCDF = Tribunal de Contas do Distrito Federal.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O Programa Ciência sem Fronteiras, lançado em 2011, busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia brasileiras, com inovação e competitividade, por meio do intercâmbio com outros países. No âmbito do programa, serão concedidas, até 2015, mais de 100 mil bolsas de estudos no exterior para estudantes de graduação e pós-graduação. O Ciência sem Fronteiras também pretende atrair pesquisadores do exterior interessados em trabalhar no Brasil. Esse incentivo torna-se imperativo no início do século XXI, devido à extrema velocidade com que ciência e tecnologia se desenvolvem. Há décadas, países como China e Índia têm enviado estudantes para países centrais, com resultados muito positivos. Provavelmente, o programa brasileiro vai acelerar a mobilidade internacional e proporcionar avanços na ciência brasileira. Essa iniciativa louvável talvez inspire outras não menos importantes — como o estímulo à mobilidade nacional de estudantes —, que ainda são incipientes. Estudantes do Acre, de Rondônia ou do Maranhão certamente seriam beneficiados com a estada de um ano em universidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Da mesma forma, alunos de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília se beneficiariam com uma temporada no Acre, em Rondônia ou no Maranhão. Essa troca de experiências seria um instrumento de coesão e compreensão dos diferentes aspectos culturais e de problemas comuns e específicos de diferentes regiões brasileiras.

Isaac Roitman. *Brasil sem fronteiras*. In: *Revista DARC*. Brasília: UnB, n.º 11, jun.-jul./2012, p. 7 (com adaptações).

Julgue os itens de **1** a **8**, no que se refere às ideias e aos aspectos linguísticos do texto acima.

- 1 Conclui-se dos sentidos do texto que o antecedente do termo “Esse incentivo” (l.9) é a ideia expressa em “atrair pesquisadores do exterior interessados em trabalhar no Brasil” (l.8-9).
- 2 Conclui-se do texto que a velocidade do desenvolvimento da ciência e tecnologia impõe a formulação de políticas voltadas ao intercâmbio científico, caso do Ciência sem Fronteiras, cujo objetivo é promover a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e tecnologia no Brasil.
- 3 Seriam preservados o sentido original do texto e sua correção gramatical caso o trecho “também pretende atrair” (l.8) fosse substituído por **pretende, ainda, atrair**.
- 4 A forma verbal “Há” (l.11) poderia ser corretamente substituída por **Fazem**.
- 5 O pronome “que” (l.18) tem como referente o termo “estudantes” (l.17).
- 6 De acordo com o texto, a mobilidade interna de alunos vinculados a distintas universidades do país resultaria em um choque cultural, o que poderia beneficiar tanto os próprios estudantes quanto a ciência, já que eles teriam de lidar com “problemas comuns e específicos de diferentes regiões brasileiras” (l.25-26).
- 7 Seriam mantidos a correção gramatical e o sentido original do texto caso a locução “têm enviado” (l.12) fosse substituída por **enviaram**.

- 8 As ideias originais do texto e a sua correção gramatical seriam preservadas caso o vocábulo “Provavelmente” (l.14), a locução verbal “vai acelerar” (l.14) e a forma verbal “proporcionar” (l.15) fossem substituídos, respectivamente, por **É provável que, acelere e proporcione**.

1 Na casa todos dormiam. Todos, menos a irmã.

4 Era quieta, essa irmã. Não cantava, não ria; mal falava. Trazia água do poço, varria o terreiro, passava a roupa, comia — pouco, magra que era — e ia para a cama sem dar boa-noite a ninguém. Dormia num puxado, um quartinho só dela; tinha nojo dos irmãos. Se, na cama, suspirava ou revirava os olhos, nunca ninguém viu. O nome dela era Honesta.

7 (Nome dado pela mãe. O pai queria-a ali, na roça; a mãe, porém, tinha esperança que um dia a filha deixasse o campo e fosse para a cidade se empregar na casa de uma família de bem. E que melhor nome para uma empregada do que Honesta? O pai acreditava no campo; a mãe secretamente ansiava pela cidade — por um cinema! Nunca tinha entrado num cinema! Minha filha fará isto por mim, dizia-se, sem notar que a filha vagueava por paisagens estranhas, distantes do campo, distantes da cidade, distantes de tudo. [...])

Moacyr Scliar. *Doutor Miragem*. Porto Alegre: L&PM, 1998, p. 22-3 (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, com base nas ideias e estruturas linguísticas do texto acima.

- 9 No texto, o pronome “se”, em “dizia-se” (l.14), equivale, em sentido, à expressão **a si mesma**.
- 10 De acordo com o texto, “a irmã” (l.1) permanecia acordada enquanto o resto da família dormia.
- 11 A expressão “mal falava” (l.2-3) indica que a personagem não empregava as regras gramaticais da norma-padrão da língua ao se expressar.
- 12 A expressão “vagueava por” (l.15) poderia ser substituída por **sonhava com**, sem prejuízo ao sentido original do texto.

Com base nas normas estabelecidas pelo **Manual de Redação Oficial do TCDF** para a elaboração de comunicações oficiais, julgue os itens subsequentes.

- 13 Para encaminhar documentos ao Supremo Tribunal Federal, o TCDF deve utilizar a modalidade de comunicação oficial denominada memorando.
- 14 A regra da formalidade exigida nas comunicações oficiais está preservada no trecho a seguir: “Nos termos do plano geral de flexibilização da carga horária funcional, solicito a Vossa Senhoria verificar a possibilidade de que sejam alocados três novos funcionários neste Departamento”.
- 15 Em uma comunicação oficial destinada a administrador regional, cujo signatário seja o presidente do TCDF, é obrigatório o emprego não só da expressão **Excelentíssimo Senhor administrador** antes do nome do destinatário, mas também do fecho **Atenciosamente**.
- 16 Caso deseje encaminhar uma comunicação oficial aos funcionários do TCDF, o presidente desse órgão deve utilizar a modalidade textual do comunicado, e não a do aviso.

This text refers to the items from 17 through 24.

1 Over the past three decades, information technology
 2 has slowly but consistently permeated government
 3 organizations and institutions at all levels. This has largely
 4 been the result of an inevitable process of converting
 5 information from analog to digital forms. The lifeblood of
 6 government is information and the digital revolution has
 7 allowed government organizations to more effectively and
 8 efficiently store, analyze and retrieve information.
 9 E-government, a catch-all phrase for use of the Internet by
 10 government to deliver services, collect data and enhance
 11 democratic processes, has become the technological innovation
 12 *du jour*. Although there are several important uses associated
 13 with e-government such as direct delivery of services to
 14 citizens, it is, at its core, simply another information technology
 15 being adapted to governmental use. In that regard, many of the
 16 earlier, more general lessons of both technological and
 17 organizational change may apply to it. Yet, as has been true for
 18 each previous wave of new information technology, proponents
 19 of e-government claim it provides the mechanism to radically
 20 redesign governmental organizations. Unfortunately, this
 21 sounds all too familiar. Almost 20 years ago a similar debate
 22 arose around public-management information systems, pitting
 23 proponents of new information technology against those who
 24 suggested that existing organizational and political
 25 relationships would dramatically influence any use of new
 technology.

Stuart Bretschneider. **Information Technology, E-government,
 and Institutional Change.** *In: Public Administration Review*,
 December, 2003, vol 63, n.º 6, p.738 (adapted).

It can be concluded from the text that

- 17 the term e-government is used, in a broad sense, to cover a
 variety of situations or possibilities related to the use of the
 Internet by the government.
- 18 the significant variation in the range and functionality of
 e-government services provided through state portals is related
 to the fact that the adoption of e-government services has taken
 place rapidly.
- 19 proponents of new information technology have suggested that
 existing organizational and political relationships influence any
 use of new technology.
- 20 some common goals of the activities encompassed by
 e-governance would certainly include improving efficiency.
- 21 information is an indispensable and vital part of government.
- 22 e-government has radically redesigned governmental
 organizations.
- 23 e-government can be used to boost democratic processes.

Based on the text, judge the following item.

- 24 In the text, the verb form “retrieve” (l.8) is synonymous with
 apply.

Considere as proposições P₁, P₂, P₃ e P₄, apresentadas a seguir.

P₁: Se as ações de um empresário contribuírem para a manutenção
 de certos empregos da estrutura social, então tal empresário merece
 receber a gratidão da sociedade.

P₂: Se um empresário tem atuação antieconômica ou antiética, então
 ocorre um escândalo no mundo empresarial.

P₃: Se ocorre um escândalo no mundo empresarial, as ações do
 empresário contribuíram para a manutenção de certos empregos da
 estrutura social.

P₄: Se um empresário tem atuação antieconômica ou antiética, ele
 merece receber a gratidão da sociedade.

Tendo como referência essas proposições, julgue os itens seguintes.

25 A proposição P₁ é logicamente equivalente à proposição “Se
 um empresário não merece receber a gratidão da sociedade,
 então as ações de tal empresário não contribuíram para a
 manutenção de certos empregos da estrutura social”.

26 O argumento que tem como premissas as proposições P₁, P₂ e
 P₃ e como conclusão a proposição P₄ é válido.

27 Caso sejam falsas as proposições “Um empresário tem atuação
 antieconômica ou antiética” e “Ele merece receber a gratidão
 da sociedade”, então a proposição P₄ também será falsa.

28 A negação da proposição “Um empresário tem atuação
 antieconômica ou antiética” pode ser expressa por “Um
 empresário não tem atuação antieconômica ou não tem atuação
 antiética”.

RASCUNHO

Julgue os itens que se seguem, considerando a proposição P a seguir: Se o tribunal entende que o réu tem culpa, então o réu tem culpa.

- 29 Se a proposição “O tribunal entende que o réu tem culpa” for verdadeira, então a proposição P também será verdadeira, independentemente do valor lógico da proposição “o réu tem culpa”.
- 30 A negação da proposição “O tribunal entende que o réu tem culpa” pode ser expressa por “O tribunal entende que o réu não tem culpa”.

De um grupo de seis servidores de uma organização, três serão designados para o conselho de ética como membros titulares, e os outros três serão os seus respectivos suplentes. Em caso de falta do membro titular no conselho, somente poderá assumir seu lugar o respectivo suplente.

Com base na situação hipotética acima, julgue os próximos itens.

- 31 O número de maneiras de serem selecionados os três membros titulares e seus respectivos suplentes é superior a 100.
- 32 Tão logo os membros titulares sejam escolhidos, haverá mais de dez maneiras de serem escolhidos os suplentes.

Julgue os itens subsequentes relativos à LO/TCDF.

- 33 Caso um secretário de Estado do DF nomeie seu primo para cargo em comissão na respectiva secretaria, caberá ao TCDF apreciar, para fins de registro, a legalidade desse ato de admissão.
- 34 Os conselheiros do TCDF serão processados e julgados, em caso de cometimento de crime comum, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e, em caso de crime de responsabilidade, pela CLDF.
- 35 Um servidor do serviço auxiliar do TCDF poderá propor a aplicação de multas, quando exercer função específica de controle externo do tribunal.
- 36 Entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado criadas com a finalidade de prestar serviço de interesse público estão abrangidas, em razão de sua finalidade, pela jurisdição do TCDF.
- 37 Compete exclusivamente ao TCDF conceder a conselheiro e auditor licença para tratamento de saúde, que, se for superior ao prazo de seis meses, dependerá de inspeção por junta médica.

Ainda com relação à LO/TCDF, julgue os itens subsecutivos.

- 38 A movimentação de crédito orçamentário destinado ao funcionamento do TCDF compete ao seu presidente, que poderá delegar esse ato, inadmitida a subdelegação.
- 39 A competência para nomear cidadão aprovado em concurso de provas e títulos para o cargo de auditor do TCDF é do próprio presidente do tribunal.
- 40 Caso, no TCDF, um servidor do serviço auxiliar com mais de trinta anos de serviço público e que perceba mensalmente remuneração menor que a de um conselheiro passe a perceber certas vantagens pecuniárias de caráter pessoal, e, com isso, sua remuneração ultrapasse a do conselheiro, a nova remuneração poderá ser maior que a do conselheiro, pois as vantagens pecuniárias de caráter pessoal estão excluídas do teto remuneratório.
- 41 Por deliberação do seu presidente, em resolução, o TCDF poderá ser dividido em câmaras por tratar-se de assunto de sua competência exclusiva.
- 42 Se os cargos de presidente e vice-presidente do TCDF ficarem vagos noventa dias antes do término do mandato e dois de seus conselheiros titulares estiverem ausentes, um por estar em gozo de férias e o outro por estar em licença, será facultado a esses conselheiros participar das eleições para os cargos vagos.

RASCUNHO

Com base na LODF, julgue os itens a seguir.

- 43** A substituição de um administrador regional destituído do cargo, cuja remuneração pode ser igual à de um secretário de Estado do DF, deverá ser feita mediante um processo de escolha com participação popular.
- 44** Se o governo do DF normatizar a exibição de cartazes em logradouros públicos e em locais de acesso livre, ele estará exercendo uma competência que compartilha à União.
- 45** Para alienar bens imóveis, que devem ser cadastrados com identificação específica, o governo do DF necessita de autorização legislativa.
- 46** Os conselheiros e os auditores do TCDF são obrigados pela LODF a fazer declaração pública anual de seus bens.
- 47** Caso o governo do DF pretenda executar determinado projeto e realize uma audiência pública sobre o tema, essa audiência caracterizará o exercício da soberania popular.

Ainda no que se refere à LODF, julgue os seguintes itens.

- 48** Quando um servidor público do DF, no exercício de seu poder de polícia, aplica multa a determinado estabelecimento comercial, a multa arrecadada passa a constituir receita pública desse ente da Federação.
- 49** Para prestar determinado serviço público sob regime de permissão, o governo do DF, segundo a LODF, estará dispensado de licitação.
- 50** Se não atender à convocação da CLDF para, no prazo de trinta dias, prestar informações sobre assuntos previamente determinados, o procurador-geral do DF estará sujeito a sofrer sanções, em razão da ausência sem justo motivo.
- 51** Caso um indivíduo pertencente a determinada entidade sindical tenha tomado conhecimento de irregularidades na gestão contábil e financeira de determinada secretaria de Estado do DF, tanto ele quanto a entidade sindical poderão denunciar tais irregularidades ao TCDF ou à CLDF.
- 52** Para instituir determinado fundo, o governo do DF deverá previamente apresentar à CLDF, para autorização, a devida proposta em que conste a finalidade básica do fundo.

Com relação à ética e sua aplicação no serviço público, julgue os itens a seguir.

- 53** A ética no serviço público exige que seus servidores tratem o serviço como parte de sua carreira profissional, separando-o, portanto, de sua vida privada, e que abdicuem de seus interesses pessoais em função dos interesses públicos, sempre que necessário.
- 54** Caso um servidor público, levando em conta os interesses da administração pública, omita um fato a um usuário da instituição em que trabalha, essa conduta não infringirá a ética do serviço público, que prima pelos interesses públicos em vez dos particulares.
- 55** Servidor público que não participa de atividades de atualização de seus conhecimentos, para o exercício de suas atribuições, infringe os deveres do servidor.
- 56** A conduta de uma servidora pública que aja sempre com eficácia, zelo, dignidade, decoro e consciência dos princípios morais contribui para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

Cada um dos itens subsecutivos apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, no que se refere à ética no serviço público e aos seus marcos legais.

- 57** Valmir é servidor público e filiado a uma organização que defende o direito de se praticar atos considerados atentatórios à dignidade humana. Nessa situação, a conduta de Valmir não fere o código de ética do servidor público, desde que sua participação nas atividades da referida organização ocorram apenas em horários fora do expediente.
- 58** Fabiano, servidor efetivo no exercício de cargo em comissão, foi transferido para outro órgão, onde se descobriu que havia uma denúncia de infração disciplinar contra ele. Nessa situação, competirá ao novo órgão em que Fabiano passou a trabalhar a instauração do processo disciplinar.
- 59** Altair, chefe de uma repartição pública, alertou um dos funcionários de seu setor que suas vestimentas não eram adequadas para o ambiente de trabalho. Nessa situação, a conduta de Altair feriu a ética profissional dos servidores, uma vez que desrespeitou a intimidade de outro servidor.
- 60** Um servidor público comentou, em um almoço com os amigos, os detalhes de um processo que tramitava em sua repartição e que, formalmente, deveria permanecer em segredo. Nessa situação, o ato cometido pelo funcionário configura ato de improbidade administrativa, mesmo se considerando que os amigos não tivessem interesse nem possibilidade de se beneficiarem das informações fornecidas pelo servidor.